



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

**Eixo temático: Serviço Social, relações de exploração/opressão e resistências de gênero,
feminismos, raça/etnia, sexualidades**

**Sub-eixo: Relações étnico-raciais, povos indígenas, negros/as, quilombolas,
ribeirinhos e desigualdades**

A INSTRUMENTALIDADE E OS INSTRUMENTAIS DO SERVIÇO SOCIAL ALIADOS AO LETRAMENTO RACIAL CRÍTICO: CONVERGÊNCIAS PARA O FORTALECIMENTO DAS POLÍTICAS AFIRMATIVAS

JACQUELINE TATIANE DA SILVA GUIMARÃES¹

RESUMO

Aborda-se sobre os instrumentais do Serviço Social e as políticas antirracistas. Inicia-se tratando sobre as Políticas Afirmativas e o Letramento Racial. Em segundo, a instrumentalidade, os instrumentais e o combate ao racismo no Brasil e na Amazônia. A pesquisa é bibliográfica e documental. Constata-se a importância do debate étnico-racial e do letramento racial nas disciplinas práticas.

Palavras-chave: Teoria e Prática. Projeto Ético-Político. Educação Antirracista. Instrumentalidade.

ABSTRACT

It discusses the instruments of Social Service and anti-racist policies. It begins by dealing with Affirmative Policies and Racial Literacy. Secondly, the instrumentality, the instrumentalities and the fight against racism in Brazil and the Amazon. The research is bibliographic and documentary. The importance of ethnic-racial debate and racial literacy in practical disciplines is noted.

Keywords: Theory and Practice. Ethical-Political Project. Anti-Racist Education. Instrumentality.

INTRODUÇÃO

O presente texto se constitui em resultados de reflexões e experiências de pesquisadora e docente de disciplinas de “Laboratório de Instrumentos e Técnicas do Serviço Social I, II e III”, abordando sobre instrumentalidade e instrumentais técnico-operativos do Serviço

¹ Faculdade de Serviço Social do Campus Universitário do Marajó/Breves

Social, bem como de Supervisão de Estágio I, II e III e disciplinas voltadas para as relações étnico-raciais, pensando a realidade do Brasil e da Amazônia. Primeiramente, é de conhecimento dos que pesquisam sobre instrumentalidade as dificuldades que os profissionais formados possuem quanto ao entendimento das dimensões teoria e prática enquanto uma unidade correspondente ao saber e fazer, adotando uma compreensão imediatista e pragmática na utilização dos instrumentais técnico-operativos (Santos, 2013).

O debate sobre os instrumentais técnicos-operativos do Serviço Social passa pelo histórico embate entre posturas conservadoras e tecnicistas em contraposição a uma atuação efetivamente emancipatória e crítica na busca pela garantia de direitos sociais e humanos. Santos (2013) ao problematizar narrativas que afirmam que “na prática a teoria é outra” e de que a teoria marxista não contribui ou não teria relação com os instrumentos e técnicas, nos possibilita compreender os desafios que ainda necessitam ser superados no processo de ensino do próprio método histórico dialético quanto da operacionalização dos instrumentais.

E trazer para a baila deste debate a questão étnico-racial torna o processo ainda mais complexo, diante de uma conjuntura social, econômica, política e cultural que nega o racismo, que restringe o seu entendimento ao campo do identitário e não estrutural, assim como vem-se questionando a validade e importância da teoria marxista para a superação das imbricações racistas, colonialistas, cisteheteronormativa do Capitalismo. É justamente o pensamento ontológico-marxista, racionalista e dialético que irá subsidiar e dar novos horizontes para a produção do conhecimento e para a intervenção do Serviço Social na realidade social, portanto, não há como fazer um salto e apagar a centralidade da teoria marxista para a profissão, sobretudo, no que tange ao direcionamento dado aos instrumentais técnico-operativos (Guerra, 2007; Santos, 2013).

Desta forma, no presente artigo aborda-se sobre as potencialidades dos instrumentais técnico-operativos do Serviço Social para a construção e consolidação de ações e políticas afirmativas a serem mobilizadas nos diferentes espaços sócio-ocupacionais e políticas públicas que tenham a presença de assistentes sociais que sejam realmente comprometidos com a luta antirracista, não restringindo-a a uma “militância” esvaziada que não consegue superar o aparente, não possuindo um entendimento sobre as determinações sócio-históricas da desigualdade racial, sexual e territorial no Capitalismo na América-Latina, no Brasil e na Amazônia.

Inicia-se, abordando sobre Políticas Afirmativas, Letramento Racial e as perspectivas pedagógicas que visam descortinar as relações raciais no Brasil, que foram historicamente abafadas e silenciadas pelo mito da democracia racial, assim como indica-se o lugar ocupado por pessoas negras, indígenas, quilombolas e ribeirinhas nas estratificações postas pela sociedade de classes e o porquê se faz fundamental dar visibilidade para estas existências e resistências nas políticas públicas e nas realidades institucionais que visam garantir direitos e por consequência possuem em suas equipes técnicas assistentes sociais.

Em segundo, apresenta-se os conceitos de instrumentalidade, instrumentos e técnicas indicando de que forma podemos mobilizá-los para o combate às diferentes manifestações do racismo, especialmente o institucional e ambiental. Esta pesquisa é exploratória, pautando-se em levantamento bibliográfico e documental, mas também adensada por experiências docente na formação de futuros assistentes sociais e militância no debate étnico-racial em uma região como a Amazônia, que é atravessada não somente pelo “mito da democracia racial”, mas também pelo apagamento da cultura e história negro africana (Guimarães, 2021), predominando um “mito indígena” (Conrado; Campelo; Ribeiro, 2015). Tal contexto reforça a ausência de dados que problematizam as manifestações do racismo na região. Constata-se a importância e urgência do debate étnico-racial, sobretudo, do letramento racial, se fizerem presentes nas disciplinas que abordam sobre os aspectos mais práticos da profissão.

AS POLÍTICAS AFIRMATIVAS E A URGÊNCIA DO LETRAMENTO RACIAL CRÍTICO NUMA PERSPECTIVA INTERDISCIPLINAR E TRANSVERSAL

O Brasil, enquanto um país da América Latina, que ao entrar na lógica expansionista de ocupação e acúmulo de riquezas e territórios promovidos pelos Europeus, em especial portugueses, passou por um longo período de práticas e projetos genocidas das populações originárias, que foram obrigadas a negar seus deuses, hábitos, culturas e linguagens. Mataram-se corpos e espíritos, reduzindo sobremaneira diversas etnias indígenas e aos poucos que restaram foi imposto o trabalho forçado. A ganância e violência europeia envolveu outros territórios e grupos humanos que além de serem forçados ao trabalho escravo foram arrancados de suas terras e mundo de origem.

A história tida como oficial nos diz que este país surgiu em 1500 e desde então veio sendo mantido diferentes ciclos econômicos, baseados no extrativismo, exigindo cada vez mais corpos, braços e pernas para a execução de trabalho pesado e forçado. Pessoas negras africanas



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

foram sequestradas, saqueadas, violentadas, lançada aos mares e as que conseguiram chegar até aqui passaram pelo mesmo processo genocida, de silenciamento e apagamento a que os “negros da terra”² foram submetidos. Ao entrar nos planos de expansão portuguesa, o Brasil, seguiu um caminho diferenciado do que o “ego europeu”³ almejava e desejava, assumindo feições diferenciadas do branco, já que foi o que mais sequestrou e recebeu pessoas africanas para serem escravizadas nas Américas. A historiadora Lilia Moritz Schwarcz (2019; p. 11) destaca: “O Brasil tem uma história muito particular, ao menos quando comparada à de seus vizinhos latino-americanos. Para cá veio quase a metade dos africanos e africanas escravizados e obrigados a deixar suas terras de origem na base da força e da violência”. Todavia, é fundamental demarcar que a violência europeia não se deu sem resistência e de modo passivo, assim:

[...] escravizados e escravizadas reagiram mais, mataram seus senhores e feitores, se aquilombaram, suicidaram-se, abortaram, fugiram, promoveram insurreições de todo tipo e revoltas dos mais diferentes formatos. Também negociaram seu lugar e condição, lutando para conseguir horas de lazer, recriar seus costumes em terras estranhas, cultivar seus deuses e realizar suas práticas, cuidar de suas lavouras, e trataram de preservar suas famílias e filhos (Schwarcz, 2019; p. 29).

O caminho diferenciado do “ego europeu” significa que conforme se expandia e crescia a população brasileira, o narcisismo europeu não se sentia mais contemplado em enxergar uma população em sua maioria não branca. De acordo com primeiro recenseamento brasileiro realizado em 1872, no período do Império, no Brasil havia 1,5 milhão de pessoas escravizadas, ou seja, 15% dos habitantes, constando africanos e brasileiros. No quesito raça, que seguia parâmetros diferentes dos atuais, havia o registro de 38,3% de pessoas pardas, 38,1% brancas, 19,7% pretos e 3,9% caboclos/indígenas⁴.

Se de início o tráfico de pessoas negras africanas significava ganhos financeiros para o país, com o tempo passou a ser visto de modo negativo e sendo impostas ações graduais para o seu fim a partir de leis como a Lei Eusébio de Queiroz de 1850, a Lei do Ventre Livre de 1871, a Lei do Sexagenário de 1885 para então por fim no dia 13 de maio de 1888 a Lei Áurea. As três primeiras significavam um verdadeiro escárnio, pois além de procurarem burlar por meio portos clandestinos, não havia como crianças serem livres se as suas mães eram escravizadas e do

² De acordo com Stuart B. Schwartz (2003) foi um termo que passou a ser utilizado no século XVI para classificar os indígenas, revelando uma percepção servil, mais ou menos semelhante a “negros da Guiné”.

³ Dussel (1977) se refere como um “ego” europeu, em que antes do “ego cogito” está o “ego conquiro”, ou melhor, o fundamento prático do “eu penso” é o “eu conquisto”.

⁴ Dados disponíveis em <https://www.poder360.com.br/brasil/censo-de-1872-registrou-15-milhao-de-escravos-no-brasil/>.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

mesmo modo dificilmente as pessoas escravizadas chegavam aos sessenta anos de idade em decorrência do caráter brutal do trabalho escravo.

Além disso, em fins do século XIX e início de XX, passamos pelas igualmente violentas políticas de embranquecimento pautadas na pseudociência da Eugenia, elaborada por Francis Galton e no Brasil por Renato Kehl, em que a elite política, burguesa, acreditava que o progresso do país se daria a partir do momento em que o número de pessoas brancas superasse a população negra que na época e ainda hoje é a maioria. Em 1911, no Congresso Universal de Raças, ocorrido em Paris, o médico eugenista brasileiro afirmava que a partir da vinda dos europeus, após a Abolição da Escravatura e com grande participação do Estado brasileiro para tal entrada, dentro de 100 anos não haveria mais pessoas negras no país, para então dar espaço para uma “*raça mais apta, forte e inteligente*” (Stepan, 2005 apud Guimarães, 2020).

Indicar brevemente esse processo histórico visa demonstrar que tivemos uma trajetória de 388 anos de oficialização e naturalização do trabalho forçado e da violência física, moral, sexual e intelectual de pessoas negras no Brasil e que temos somente 136 anos de abolição da escravidão, que fincou as suas raízes nos hábitos, condutas, representações e imaginários sobre lugares e papéis que devem ser dados às pessoas negras e brancas que vivem sob o julgo, operando um verdadeiro dispositivo que define e interfere nas relações sociais e raciais. Sueli Carneiro (2023; p. 13) nos diz:

[...] dentre os elementos do dispositivo de racialidade, as múltiplas interdições das pessoas negras que, além de serem assassinadas intelectualmente, são interditadas enquanto seres humanos e sujeitos morais, políticos e de direito. Com a função de produzir exclusão, as interdições — presentes tanto na produção discursiva quanto nas práticas sociais — promovem a inscrição de indivíduos e grupos no âmbito da anormalidade, na esfera do não ser, da natureza e da desrazão, contribuindo para a formação de um imaginário social que naturaliza a subalternização dos negros e a superioridade dos brancos.

O Brasil ao ser tomado por um intencional discurso de democracia racial, historicamente, ignorou que aqui também acontece a violência racista, apoiando-se num pretense discurso de miscigenação, onde não seria possível dizer quem seria branco ou negro de fato, tendo sido essa uma das argumentações contrárias a implementação de políticas afirmativas, que têm como principal objetivo combater as desigualdades étnico-raciais. Se historicamente foi forjado e imposto um dispositivo de racialidade que, utilizando os termos de Grada Kilomba (2019), nos captura para uma ordem violenta colonial de subserviência, exclusão e pobreza, temos nas políticas afirmativas a intenção de reverter a partir de “*dispositivos estratégicos de*

inclusão social, fundados no princípio da discriminação positiva” (Amaro, 2015). Sarita Amaro (2015, p. 19) continua assinalando que:

Não se tratam de medidas assistenciais, emergenciais ou pontuais, marcadas pela provisoriedade ou benevolência. São de fato, políticas articuladas, planejadas e estratégicas, requisitando, por conta disso, de previsão orçamentária, de recursos humanos qualificados e de avaliação sistemática.

Salientar o caráter de reparação histórica e a dimensão política e institucional das políticas afirmativas, visa ressaltar o seu caráter enquanto um direito conquistado pelos movimentos sociais e que deve ser garantido para as populações negras no Brasil. Enquanto política pública deve ser garantido em sua integralidade, de modo transversal e de modo qualificado, não estando ligado ou estando à mercê das intenções e objetivos individuais. Amaro (2015) ao mencionar sobre a necessidade de termos recursos humanos qualificados também se atenta para o fato de que no cotidiano as ações afirmativas não possuem uma legitimação por parte da sociedade, sobretudo entre as pessoas brancas. Dessa afirmação apreende-se que no nosso país não somente pessoas brancas, apesar de serem a maioria, se posicionam de modo contrário às ações afirmativas por entenderem que seriam uma forma de “conceder” privilégios a um grupo social e racial, e que não haveria uma dívida histórica a ser paga e que vivemos numa sociedade meritocrática.

A este processo compreendo que se dão por dois motivos: I) sujeitos brancos não têm como intenção enxergar e rever os seus privilégios na estrutura social, ao que Maria Aparecida Bento (2022) chama de pacto narcísico da branquitude, sendo um acordo não verbalizado e II) O mito da democracia racial faz com que a nossa população desconheça e ignore as dinâmicas raciais gerando uma ausência de identidade, um apagamento e não reivindicação das histórias das populações não brancas e europeias. Para o combate dessa conjuntura de negação e autonegação se faz primordial a promoção de uma educação antirracista que dê visibilidade não somente a história das populações negras e indígenas, mas que paute e problematize as diferentes leituras que a nossa sociedade faz para as cores e lugares de corpos não hegemônicos.

O racismo só pode ser combatido se ele for identificado, especialmente nas suas formas mais sutis de expressão e atualmente compreendemos que tantos brancos, negros, indígenas e asiáticos são corpos racializados, potencializados pelo projeto de colonização europeia que pretendeu estabelecer diferenças e hierarquias ao Outro, enquanto o seu oposto e a



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

fim de justificar a violência impetrada. No entanto, há um foi estabelecido o lugar de superioridade e aos demais a de inferioridades, especialmente aos africanos e seus descendentes.

Fomos alfabetizados racialmente, ou seja, letrados. A socióloga negra France Windance Twine foi a primeira a utilizar o termo “Racial Literacy” que foi traduzido por Lia Vainer Schucman (2022) como “literalmente alfabetização racial” e assim o adaptou para “letramento racial”. Schucman se destaca no debate étnico-racial por se deslocar e procurar compreender como os sujeitos brancos adquirem a percepção de seus privilégios, pois segundo a autora “a branquitude se caracteriza nas sociedades que foram estruturadas pelo colonialismo como lugar de privilégios materiais e simbólicos”. Então, Twine propõe que estes sujeitos passem por um processo de “Racial Literacy” (Nascimento; Silva, 2023).

Enquanto que a intelectual negra Aparecida de Jesus Ferreira (2022), ao se embasar na Teoria Racial Crítico se refere à Letramento racial Crítico, porque parte do entendimento de que o racismo como estrutural e endêmico na sociedade, portanto, devendo estar no centro dos debates para refletirmos sobre as desigualdades e assim propormos ações antirracistas. Ferreira (2015, p. 138) enegrece que:

Letramento racial crítico reflete sobre raça e racismo. Possibilita-nos ver o nosso próprio entendimento de como raça e racismo são tratados no **nosso dia a dia**, e o quanto raça e racismo têm impacto em **nossas identidades sociais** e em **nossas vidas**, seja **no trabalho**, seja **no ambiente escolar, universitário**, seja em nossas **famílias**, seja nas **nossas relações sociais**. [...] e [...] entender a importância de utilizar o letramento racial crítico na minha prática pedagógica é de extrema relevância para que assim possa também colaborar para que tenhamos uma sociedade mais justa, com igualdade e com equidade.

A autora também acrescenta que tal movimento contribuiria para que os diferentes segmentos raciais no contexto da escola possam ter orgulho de seus respectivos pertencimentos raciais e assim entendendo de que modo o racismo é estruturado. Logo, o letramento racial crítico se constitui em importante estratégia que possibilita aos sujeitos e sujeitas refletirem de que modo as relações raciais foram construídas ao longo do processo de colonização ainda se fazem presentes no nosso modo de hierarquizar e estruturar a sociedade estabelecendo mobilidade social para uns em detrimentos de uma maioria.

No presente estudo indica-se o Letramento Racial Crítico como importante ferramenta e estratégia pedagógica a ser utilizada e inserida no processo formativo dos discentes de Serviço Social e na qualificação de profissionais formados, a fim de que saibam como utilizar os instrumentais técnico-operativo e assim efetivamente garantir uma atuação antirracista, articulando um saber e o fazer para o fortalecimento das políticas afirmativas.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

POR UMA INSTRUMENTALIDADE ANTIRRACISTA: o profissional do Serviço Social na garantia de políticas afirmativas.

Tratar sobre instrumentalidade, instrumentais, instrumentos e técnicas no Serviço Social, exige uma compreensão sobre trabalho em sua dimensão ontológica, ligada ao processo de racionalidade e abstração do ser social, enquanto um indivíduo capaz de refletir e recriar no plano do pensamento o resultado final do seu trabalho que é movido por uma intencionalidade. Indicar tais aspectos representa trazer para o debate os equívocos iniciais da profissão que ao se aliar aos interesses da burguesia pautava-se em perspectivas/correntes dogmáticas, pragmáticas e tecnicistas que retiravam do assistente social o seu caráter enquanto profissional e intelectual que pensa e planeja as suas intervenções e, portanto, as escolhas e recriação dos seus instrumentais. Segundo Guerra (1995, p. 22):

[...] ‘os modos de aparecer’ do Serviço Social, manifestados no ‘fazer’ dos profissionais, são redefinidos ao longo do processo histórico da profissão, processo este complexo e contraditório, gestado no confronto das classes sociais que a intervenção profissional polariza.

Há um rompimento com as perspectivas imediatistas que estariam restritas a um fazer pelo fazer. A partir do momento que a categoria se alia a perspectiva crítico-dialética e à classe trabalhadora, passa a dar um novo direcionamento político e social à profissão, comprometendo-se com uma prática profissional de caráter interventivo e investigativo. Desse modo, no Serviço Social, a instrumentalidade não consiste na simples utilização de instrumentos e técnicas, quando na verdade relaciona-se com a capacidade, qualidade ou propriedade que a profissão vai adquirindo (Guerra, 2000).

A instrumentalidade não é sinônimo de instrumentação técnica e muito menos relaciona-se a uma racionalidade instrumental, logo exige do assistente social, profissional inserido na divisão social e técnica do trabalho, munir-se de bases teóricas, metodológicas, técnicas e ético-políticas. A instrumentalidade deve abarcar a utilização dos instrumentais técnico-operativos que são “conjunto articulado de instrumentos e técnicas na operacionalização da ação profissional”. Bem como Jane Prates (2003) salienta:

[...] é importante localizar o Serviço Social como uma disciplina inserida na divisão sociotécnica do trabalho, que se caracteriza por não intervir ou produzir conhecimentos sobre um território específico, como no caso do Direito, da Psicologia ou da Sociologia, mas que se propõe a interpretar e agir nas tramas das relações sociais, o que envolve e articula múltiplos territórios e conhecimentos, complexificando-o por um lado, tornando talvez mais difícil dar visibilidade ao seu processo de produção específica, mas, ao

mesmo tempo, aproximando-o da realidade concreta que não fragmenta unidades como sujeitos ou grupos.

Enquanto área de conhecimento e profissão que lida com as tramas das relações sociais em suas multiplicidade e diversidade nos exige uma leitura da realidade que entenda as diferentes dimensões da vida social, os seus movimentos e a unidade dialética de determinações que são contrárias, mas que se alimentam historicamente, tais como as estruturas racialistas e racistas que alimenta o Capitalismo em territórios periféricos que foram marcados pela colonização e escravidão de corpos negros e indígenas. Tal como o marxista afro-americano Oliver C. Cox, afirmava, precisamos compreender que o racismo é um produto particular do sistema capitalista ocidental (1959 apud Pico, 2024).

E como pensar e articular o debate racial a um processo interventivo que seja refletido e planejado? O Serviço Social enquanto uma disciplina interventiva não há como negar a importância do conjunto de estratégias para a efetivação da intervenção, contudo, “na perspectiva dialético-crítica a centralidade é atribuída à finalidade e não ao instrumental em si” (Prates, 2003; p. 01). Ao tomar e compreender que a nossa prática deve articular a teoria, o pensar, torna possível entender que “Analisar, interpretar em conjunto com os sujeitos usuários a realidade da qual somos parte já constitui processo interventivo”.

Um fazer/prática articulado a uma conduta antirracista deve se aliar a um saber/teoria antirracista que nos permita enxergar as marcas do racismo estrutural e suas manifestações nas diferentes e diversas dimensões da vida e assim agindo diretamente nas suas expressões que são: o racismo institucional, racismo ambiental, o racismo climático e sobretudo o racismo epistêmico que ainda nos impede de perceber a seriedade do debate e, portanto, a sua necessidade de pronta intervenção.

Em novembro de 2022, o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), por meio do expediente nº 33/2021, lançou a **“Nota Técnica sobre o trabalho de assistentes sociais e a coleta do quesito Raça/Cor/Etnia”**, cumprindo as deliberações aprovadas na Plenária Nacional CFESS/CRESS- Etapa de Monitoramento, realizada nos dias 3 e 5 de setembro de 2021. A nota de autoria de Márcia Campos Eurico tinha teve por finalidade ampliar

o debate sobre a importância da coleta do quesito raça/cor/etnia no âmbito da pesquisa acadêmica, da intervenção profissional, da produção de documentos técnicos e na elaboração de planos, programas e projetos nas diferentes políticas públicas em que profissionais do Serviço Social desenvolvem suas funções.

Indicando que, nós, enquanto profissionais que lidam diretamente com as expressões da questão social devemos contemplar em nossos questionários, prontuários, entrevistas, relatórios e visitas domiciliares as cores e lugares dos corpos de nossos usuários e dar visibilidade às demandas para que sejam criadas e recriadas novas frentes de combate à desigualdade social e racial. Quanto a isso Márcia Campos Eurico (2022) argumenta que:

[...] parte-se da assertiva de que a coleta do dado de raça/cor/etnia tem o mesmo nível de importância que todos os outros dados pessoais (idade, sexo, nível de escolaridade) presentes nos formulários/sistemas/pesquisas e que são perguntados no momento da acolhida, da matrícula no serviço, na elaboração do plano de atendimento individual, na entrevista, na coleta das informações para a pesquisa.

Entretanto, para isso devemos passar por letramento racial crítico para entender categorias fundamentais como raça, cor e etnia num país em que leis como a 10.639/2003 e a 11.645/2008, que obriga o ensino da cultura e história afro-brasileira e indígenas na educação básica, não se efetivam, porque além de recentes enfrentam sérias resistências e entraves. Precisamos romper com o mito da democracia racial e pensar sobre as particularidades das relações raciais nas diferentes regiões brasileiras que passaram pelo processo da mestiçagem, mas que demonstra muito bem as hierarquias sociais e territoriais quando vamos refletir sobre as regiões que mais possuem pessoas não brancas.

Ferreira (2015) ao reivindicar por um letramento racial que considere as particularidades do Brasil, contudo é importante denotar a pluralidade de um mesmo país que oferece uma diversidade de fenótipos negros, brancos e indígenas. Por exemplo, territórios como o da Amazônia na literatura nacional teve a cultura e a história do negro africano apagada, havendo uma romantização da figura do “índio” enquanto elemento a ser vendido, criando estereótipos em torno de uma morenidade que nega as ancestralidades afro-indígenas. E as trocas estabelecidas entre o negro africano e o indígena se fazem presentes em nossa população que ainda não sabe quem é, mas entende não ser branca (Guimarães, 2021; Conrado; Campelo; Ribeiro, 2015).

Essa história oferece complexidade e dificulta o entendimento de profissionais que atuam em políticas públicas afirmativas, pois apresenta outras dimensões para as definições de cor, raça e etnia, logo nos exigindo também pensar em um letramento racial que considere as dimensões territoriais para regiões em que indígenas pode ser fenotipicamente preto retinto com cabelos cacheados/crespos ou de pessoas pretas que possuem os seus cabelos lisos. Até mesmo quilombolas de olhos verdes.

Em consulta à página da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) observamos avanços no debate quando encontramos indicações de leituras para que possamos fazer uma introdução ao debate da questão étnico-racial em que se destacam as disciplinas: Formação Sócio-histórica brasileira; Capitalismo e Questão Social/Acumulação Capitalista e Desigualdades Social; Economia Política; Ética Profissional; Política Social; Movimentos Sociais; Introdução ao Serviço Social; Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social; Estágio Supervisionado; Processo de Trabalho e Serviço Social⁵. Contudo, precisamos apresentar o debate nas disciplinas que abordam sobre a instrumentalidade e os instrumentais articulando o caráter teórico e prático do letramento racial numa perspectiva interventiva de superação do racismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O debate étnico-raciais possui várias nuances e complexidades que infelizmente não tem como se encerrar em breves laudas, pois envolvem dimensões históricas, culturais e filosóficas que necessitam ser urgentemente questionadas e superadas. Aliás, nuances essas que oferecem, outras dimensões para o sistema de opressão da sociedade de classes. Iniciar abordando sobre o processo de imposição do sequestro e violência para a alimentação do projeto colonial burguês visa demonstra o caráter racial do capitalismo.

A história da profissão do Serviço Social além de coincidir e responder às amarras do Capitalismo, com o surgimento das primeiras expressões da questão social, também se articulou a um projeto não somente conservador, caritativo e assistencialista, mas sobretudo correspondeu ao projeto de embranquecimento legitimado pela pseudociência eugenista, promovidas e oficializadas pelo Governo Getúlio Vargas. Os nossos usuários e a pobreza possuem uma cor oposta ao do colonizador, sendo imposta a eles a condições de subalternidade e desproteção.

Problematizar é algo que exige um aprofundamento teórico e um esforço cognitivo de se sair das zonas de conforto e ir ao encontro de lugares nunca antes visitados. Remexer, revirar e sacudir a estrutura e as narrativas postas. Não basta somente mencionar e “pincelar” a história do negro no Brasil reduzindo-a um passado distante, muito menos nos serve pontuar o racismo estrutural sem ir até as suas bases e os mínimos detalhes de suas expressões, cabendo também

⁵ <https://www.abepss.org.br/sugestoesdemateriais-95>.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

incomodar o lugar confortável da branquitude que não permite ou blinda sujeitos brancos de entenderem o seu papel na perpetuação do racismo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARO, Sarita. **Racismo, igualdade racial e políticas de ações afirmativas no Brasil**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015.

BENTO, Maria Aparecida. **Pacto da branquitude**. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

CONRADO, Mônica; CAMPELO, Marilu; RIBEIRO, Alan. Metáforas da cor: morenidade e territórios da negritude nas construções de identidades negras na Amazônia paraense. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 52, 2015.

DUSSEL, Enrique. 1492, **El encubrimiento del Otro: Hacia el origen del “Mito de la modernidad”**. La Paz: Biblioteca Indígena, 2008.

FERREIRA, Aparecida de Jesus. Letramento Racial Crítico. In: MATOS, Doris Cristina Vicente da Silva; SOUSA, Cristiane Maria Campelo Lopes Landulfo de (org.). **Suleando conceitos e linguagens: decolonialidades e epistemologias outras**. – 1. ed. – Campinas, SP: Pontes Editores, 2022.

GUERRA, Yolanda. **A Instrumentalidade do Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1995.

GUERRA, Yolanda. Instrumentalidade no trabalho do assistente social. In **Capacitação em serviço social e política social: módulo 4: o trabalho do assistente social e as políticas sociais**. Brasília. UNB. Centro de Educação Aberta, Continuada a Distância. 2000. (p. 51-63).

GUIMARÃES, Jacqueline Tatiane da Silva. Ser Negro no Marajó: notas sobre identidades e racismo na Amazônia. **@rquivo Brasileiro de Educação**, Belo Horizonte, V. 8, N. 17, 2020, p. 80-106.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação. Episódios de Racismo Cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

NASCIMENTO, Júlia do; SILVA, Gimima Beatriz Melo da. O Letramento Racial como ferramenta para a erradicação do racismo. **Revista Mosaico**, V. 15, N. 24, 2023.

PICO, Daniel Montañez. **Marxismo negro: Pensamento descolonizador do Caribe Anglófono**. São Paulo: Editora Dandara, 2024.

SCHUCMAN, Lia Vainer. O branco e a branquitude: letramento racial e formas de desconstrução do racismo. In: Portuguese Literary and Cultural Studies, 2022.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

SCHWART, Stuart B. Tapanhus, Negros da terra e Curibocas: causas comuns e confrontos entre negros e indígenas. **Afro-Ásia**, 29/30 (2003), 13-40.

STEPAN, N. L. **A Hora da Eugenia: Raça, Gênero e Nação na América Latina**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.